

ATA N.º 1/2022**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2022**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de dezasseis de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal/ Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2021;**
- Ponto 2 - Análise, discussão e votação do adiamento da descentralização de competências no domínio da Ação Social - DL n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação dada pelo decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro.**

O Senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão apresentando os seus cumprimentos ao Executivo, na pessoa do seu Presidente, aos Senhores Membros da Assembleia, ao Público presente e aos funcionários que participam na sessão.

Antes do início dos trabalhos, chamou a atenção para algumas preocupações que atualmente não poderão deixar de estar presentes na nossa vida e que nos devem fazer refletir sobre as nossas opções futuras.

A falta de chuva é uma das atuais preocupações dos portugueses em geral, afetando essencialmente a agricultura e a pecuária, sendo assim necessário que estejamos todos conscientes da necessidade de fazer poupança deste recurso essencial.

Como se não fosse também já suficiente a perturbação das nossas vidas pela crise pandémica que nos tem assolado e que tanto esforço económico tem provocado, vemo-nos agora confrontados com uma situação que se perspetiva muito crítica na sociedade europeia, com sérias ameaças à paz, à liberdade e à integridade das nações, pelo que serão de esperar agravamentos nos custos das matérias primas e menor disponibilidade financeira dos países para enfrentar as dificuldades, o que também nos vai conduzir à necessidade de sermos muito seletivos nas despesas a realizar, pois quase de certeza irá ser pedido aos países europeus um esforço suplementar para prestar apoio aos nossos aliados.

Deu conhecimento da substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro pela Tesoureira da Junta, Senhora Mónica Cristina Freixo Santos.

A Senhora Ricardina Maria Andrade Aguiar e o Senhor João António Fonseca Almeida apresentaram justificação para a respetiva ausência.

De seguida passou a palavra ao Senhor Tiago Silva para que este procedesse à chamada.

Feita a chamada não se verificaram ausências, à exceção dos membros que apresentaram justificação, pelo que se verificou quórum para a realização da sessão.

De seguida, solicitou aos representantes da autarquia eleitos nas várias Comissões e Conselhos Municipais que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

O Senhor Vítor Tomé informou que a Cimdouro teve duas reuniões: a primeira para a tomada de posse e eleição da mesa e a segunda foi em Armamar, para tomada de posse dos restantes membros e discussão da ordem do dia. Nesta reunião interveio lembrando dois ou três assuntos que se foram arrastando nomeadamente a questão dos transportes. O atraso deveu-se ao facto de alguns Municípios terem mais circuitos do que tinham até então, e parece que está em fase final. No caso dos cadastros e saneamento impedia os Municípios de fazerem projetos individuais, no entanto o assunto já está na GeoDouro e está a avançar. A fixação dos médicos é outro problema, os médicos querem progressão na carreira e a CIMDouro tem mais poder para reivindicar soluções perante o Governo Central para que os médicos se fixem.

Período de Antes da Ordem do Dia

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pediu a dispensa da leitura da ata. Não havendo quem se fivesse oposto, colocou a referida ata à apreciação dos membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração/correção.

Inscreeveu-se para apreciação da ata a Senhora Lourdes Marinho, que apresentou um conjunto de correções, as quais ficam em anexo à presente ata.

Foi decidido pela Mesa aceitar apenas as correções referentes a lapsos ortográficos, e proceder à audição do registo da sessão de 20 de dezembro, para esclarecer algumas das correções solicitadas pela Senhora Lourdes Marinho.

Não havendo mais correções à ata colocou a mesma à votação da Assembleia, nas condições acima descritas, tendo sido aprovada por maioria, com um voto contra da Senhora Lourdes Marinho e quatro abstenções das Senhoras Cláudia Martins e Mónica Barreleiro e dos Senhores António Costa e Frederico Selores por não terem estado presentes.

A Senhora Lourdes Marinho fez declaração de voto que se transcreve: "Voto contra por considerar a ata tendenciosa, com falta de rigor e com frases pouco explícitas ou adulteradas."

O Presidente da Assembleia deu nota da correspondência recebida, e lembrou os membros que a mesma fica arquivada na pasta para quem a quiser consultar.

Período da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre assuntos de interesse para o Município.

Foram inscritos os membros Vítor Tomé, Marcolina Sequeira e Lourdes Marinho.

O Senhor Vítor Tomé disse que há dias faleceu uma Senhora em Trevões de outra religião que não católica e a câmara ardente foi feita na casa dela. Em 2022 isto já não devia acontecer. Devia haver um local onde, quando isto acontecesse, todas as religiões pudessem fazer a camara ardente no mesmo local.

A Senhora Marcolina Sequeira disse deparar-se todos os dias com uma realidade caótica na escola EB 2.3, pois as crianças, no último e penúltimo tempo, saem da escola e andam de skate fora do recinto. Os miúdos vão contra os carros contra as pessoas não olham para ninguém. Parece-lhe que os autocarros também não param no local apropriado. Se parasse um autocarro de cada vez, os alunos entravam e o

autocarro seguia, era mais seguro. Pediu ao Executivo que falasse com a Escola Segura para que estes aparecessem mais vezes, até por uma questão pedagógica e evitar acidentes e conflitos.

A Senhora Lourdes Marinho disse que como todos têm conhecimento o clima está a mudar. Teve conhecimento de um plano de ação entre Municípios, Pesqueira e Vila Nova de Foz Coa no contexto de mitigação dos efeitos da seca. Aqui impõe-se o trabalho de convergência e esforço de todos e uma sensibilização à população bem-feita, para isto o Governo disponibilizou cinco milhões de euros. A Câmara devia começar a pensar em soluções para combater a seca. Qualquer dia serão as nossas vinhas e oliveiras afetadas e seria bom candidatarem-se a reservatórios e lagoas para captação de águas. Quando chovesse essas lagoas podiam ser abastecidas, na ausência de água havia uma solução, tirar água do rio Douro. A preocupação em relação aos médicos nunca mais tem fim, deviam passar a mensagem de que os médicos são funcionários públicos. Os médicos teriam de se sujeitar tal como os professores e qualquer outro funcionário público, se não ficassem aquele tempo teriam sanções. Talvez pressionar para que a legislação seja feita de outra maneira. Questionou se as obras de reabilitação urbana já começaram. Portugal tem recebido emigrantes da Ucrânia e outros países, falou-se no orçamento na recuperação das casas para famílias carenciadas e podiam aproveitar essas obras já a pensar nos imigrantes.

O Senhor Presidente da Câmara informou que em relação à seca já divulgaram as medidas de prevenção. Os quatro Municípios que são abastecidos por Ranhados, Foz Coa, Meda, Pesqueira e Tabuaço reuniram-se para prevenção desse problema. A Câmara da Pesqueira tem uma equipa para identificar problemas como fugas de água e atuar logo. A água das IPSS's, das Juntas vai começar a ser faturada embora com tarifário social, mas é uma obrigação legal. O Centro de Saúde da Pesqueira para já não tem falta de médicos a sua preocupação é que tenha médicos a curto prazo. Esta situação tem sido debatida, os profissionais querem a progressão da carreira e isso só o Governo pode alterar. Como em todas as Assembleias fez uma retrospectiva do que têm feito: no dia 21 de dezembro de 2021, dia da Educação, entregaram trinta e seis mil quinhentos e onze euros aos alunos em prémios de mérito e ação social. Aos Seniores deram mil novecentos e vinte e um vales de vinte e cinco euros, às crianças deram trezentos e dezassete vales mais os computadores. O total dos vales foi de quase setenta e dois mil euros e tiveram que ser gastos no comércio local, uma medida que ajudou muitos munícipes.

Finalmente, a Secretaria de Estado do Orçamento despachou o documento para requalificação da EN-223, estão a finalizar o programa de concurso para finalizar a obra também.

O ano de 2022 vai ser complicado, vai ser um ano com muitas obras e as receitas são menos pois vai haver um corte de 8% nas transferências do Estado. Não sabe se a Guerra irá penalizar ou não mas será um ano muito exigente.

A Loja do Cidadão vai ter um gasto de novecentos e cinquenta mil euros, na estrada EN-223 vão ter financiamento, a obra do Estádio falta as bancadas e os balneários que também não vai ficar barato, a obra da Ferradosa ficará por volta dos oitocentos mil euros, vão iniciar a estratégia local da habitação, o piso do pavilhão precisa de ser mudado, o canil que ficará mais caro do que previsto, foram financiados cento e cinquenta mil euros e ficará em quatrocentos mil euros. Aprovaram o projeto Pesqueira

Anima que visa levar cultura e teatro a todas as freguesias, a todas as IPSS's e a todas as creches. Convidou todos para a Festa dos Saberes e Sabores e para a sessão de abertura dia 05 de março às 16:00h. Como não tinham a certeza da evolução pandémica decidiram avançar com a festa para o tempo mais quente. Num ano normal realizar-se-ia em fevereiro, assim vai ser nos dois primeiros fins de semana de março. Fazia gosto que estivessem presentes também na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), no domingo dia 20 de março. Haverá um autocarro à disposição para levar os produtores, Presidentes de Junta e deputados. Estão a preparar todos os eventos culturais que vinham a ser feitos antes do início da pandemia como o São João e a Vindouro. Relativamente às questões colocadas percebe o Senhor Vítor Tomé e partilha da mesma preocupação, mas esses locais não são propriedade da Câmara são da Igreja. As comissões fabriqueiras e o padre vêm sempre pedir ajuda para construção das capelas mortuárias. Se outros cultos vierem pedir à Câmara apoios para essas construções o apoio será o mesmo. Respondendo à Senhora Marcolina vai ficar mais atento e alertar a Escola Segura e a empresa de transportes.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia.

Foram inscritos os Senhores Joaquim Carvalho, Frederico Selores e a Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Joaquim Carvalho cumprimentou os presentes, ficou satisfeito ao saber que a obra da estrada 222-3 está prestes a começar, deixou um apelo ao Executivo, fazer um esforço financeiro e que essa requalificação não seja apenas de pavimentação. Podiam aproveitar e fazer pontos de paragem para que as pessoas apreciassem a paisagem. Questionou em que ponto está a requalificação da estrada EN-222. Os últimos censos mostraram que a população está a diminuir, é uma população envelhecida. Este problema não se resolve de um dia para o outro, mas tem que se arregaçar as mangas, a CIMDouro junto do poder local pode pressionar para resolução deste problema. Parabenizou o Executivo pelo incentivo e apoio à natalidade, mas há que tomar medidas e essas terão de partir do Governo Central.

O Senhor Frederico Selores cumprimentou os presentes disse que na atividade municipal o que o chamou a atenção foi o valor da dívida da Câmara, estava em fase de redução e agora aumentou, perguntou o porquê de ter aumentado. O relatório do ROC também o chamou a atenção por causa dos gastos com o pessoal, 41%, acha muito. No primeiro mandato o Senhor Presidente reuniu com os empresários do setor agrícola por causa da falta de mão de obra. Não sabe se houve um seguimento dessas reuniões, mas agora, com a guerra era uma possibilidade de trazer alguns ucranianos e colmatar esse problema. A presença nas feiras devia ser revista, fazer uma reunião com os produtores de vinho e dos produtos endógenos, há empresas que conseguem a internacionalização de produtos e há outras empresas que estão à espera que seja a Câmara a vender os produtos e isso é errado.

A Senhora Lourdes Marinho questionou a abrangência e como foram formalizados os avisos da análise da candidatura dos dois avisos do PRR na parte da ação social. Perguntou, também como pretendem divulgar o questionário da igualdade de género se online se formato em papel. Se for online o público vai ser mais seletivo,

deviam colocar alguns em formato papel e distribuí-los ou colocá-los no balcão de atendimento. Na educação, questionou qual a localidade do novo circuito de transportes escolares. Na sua opinião, os transportes escolares desde há muito tempo nunca funcionaram bem, a Câmara tem que arranjar alternativas como táxis. Na época de Inverno os alunos de Riodades e Paredes saem muito cedo e à tarde já entram em casa de noite, é complicado. Perguntou quantas vezes se realiza a FITUR. Em relação à comunicação e imagem acha que muito trabalho realizado no gabinete devia ser incentivado para que os alunos das escolas o fizessem. Há escolas que realizam concursos entre alunos para fazerem publicidade, logotipo, etc.

Quanto à requalificação do edifício da Quinta de Santa Bárbara questionou se já está em fase de execução e se o milhão e cem mil euros vai chegar. A Quinta de Santa Bárbara sempre foi vocacionada para um Centro de Estudos, mas como Centro de Estudos nunca foi um bom exemplo pois quem entra no concelho depara-se com uma Quinta abandonada. Alertou para que façam obras, mas ponderadas, pois a Câmara em tempos já gastou muito dinheiro.

Concluiu dizendo que também ficou surpreendida com a dívida da Câmara aos fornecedores.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara respondendo ao Senhor Joaquim Carvalho disse que a obra da EN-223 estava estimada em um milhão de euros não sabe se fica mais cara, mas à partida vão conseguir fazê-la por um milhão de euros. Quanto à estrada EN-222 estiveram em reunião com a IP para falarem sobre o projeto que têm e tentar forçar ao máximo para que seja uma intervenção maior do que aquela que eles querem. Têm andado em negociações.

Sabe que o problema da natalidade, não se resolve a curto prazo, também é sua preocupação esse tema e as medidas têm que ser a nível central não municipal só assim as pessoas se fixam.

Quando entrou para a Câmara a parte das dívidas estava um bocadinho confusa e ele quis que essa parte ficasse explícita. Que lhe peçam satisfações das contas quando estas têm que ser prestadas, ou seja, em abril de 2022 até lá são estimativas. Quando assumiu a presidência, a dívida era de oito milhões, tem vindo a diminuir. Resolveu a questão dos precários, a dívida às águas e muitas mais. Garantiu que se for preciso fazer dívida para fazer mais investimento a faz e que sairá da Câmara com menos dívida do que aquela que encontrou. Há dívidas por aí "espalhadas" que a Câmara vai ter que pagar. Na prestação de contas falamos, as contas vão bem e recomendam-se.

O relatório do Revisor Oficial de Contas relativamente ao primeiro semestre de 2021 é por simulação. O peso atual do pessoal é de 33%, 41% diz respeito a despesas correntes, não entra o investimento. A maioria dos Municípios não aceitou a transferência de competências em 2019, ele aceitou a da educação e saúde que são as maiores em termos de pessoal e isto pesa.

Quanto à falta de mão de obra foram muito ativos nessa matéria, reuniram com os empresários e com o Secretário de Estado para as migrações. Ofereceram aos empresários essa disponibilidade de mão de obra. Não aceitou o Senhores nem a

Taylor's, quem aceitou foi o Dr. Quevedo. Mas se mostrar essa necessidade à Câmara claro que a Câmara vai ajudar e quando tiver pessoas disponíveis dirá.

As feiras estão bem organizadas, já foram repensadas, agora o Município da Pesqueira está presente nas feiras de forma digna, com um stand com animação. Muitos produtores não entregam sequer vinho à Câmara para nessas feiras ser divulgado o produto.

Respondendo à Senhora Lourdes Marinho o projeto de igualdade de género está a começar não sabe se o inquérito é online ou disponibilizado em formato papel.

Os transportes escolares funcionam muito bem, houve até um aumento de custos por causa de alunos de Paredes e Riodades. Inscreveram-se já as aulas tinham começado, frequentam uma escola e tinham que frequentar outra e a Câmara teve que suportar os custos.

A Fitur é só uma vez por ano.

O Gabinete de Comunicação tem trabalhado muito bem, têm-lhe feito críticas positivas relativamente à divulgação do concelho. Tem recebido os estagiários da escola, neste momento tem três alunos a trabalhar.

A Câmara Municipal não vai gastar nada na Quinta de Santa Bárbara, quando se refere ao milhão é dinheiro do Ministério da Agricultura não é Câmara, os técnicos da Câmara estão a ajudar na candidatura.

A Senhora Lourdes Marinho no uso da palavra disse ter questionado porque o Ministério podia ter transferido para a Câmara o dinheiro e a Câmara geria o dinheiro. Faltou responder aos avisos do PRR e em relação aos transportes questionou qual o circuito novo. A economia social devia funcionar, nós estamos na perspetiva de receber migrantes, há falta de mão de obra e através de uma ajuda da Câmara na reabilitação de casas para esses migrantes era mais fácil pois já não ia o ônus em cima do proprietário. Se calhar muitos empresários não responderam porque era muito encargo com as habitações. Nem todos tinham as condições do Dr. Quevedo. Através da imigração podia alterar-se a demografia do concelho.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que os avisos foram candidaturas, já submetidas e bem pontuadas. São dois apartamentos que vamos implementar na escola de Vilarouco por ter bons acessos e espaços.

O circuito já respondeu foram alunos que se matricularam já depois do ano letivo ter começado e a Câmara teve que fazer outro circuito para responder às necessidades. Esclareceu que o programa do Alto Comissariado para as Migrações é tudo financiado, é um montante ainda avultado, dá para um empresário receber perfeitamente uma família.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu inscrições para apreciação da Informação do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município.

A Senhora Lourdes Marinho disse que o relatório do Auditor é extemporâneo, pois em causa está o relatório do primeiro semestre de 2021 e este acabou em trinta de junho de 2021. O Auditor fez o documento e expressa uma opinião de auditoria limitada sobre as referidas contas. Os auditores defendem-se sempre dizem que a opinião é sobre aquilo a que têm acesso. As dívidas a fornecedores aumentaram cerca de duzentos mil euros, as vendas de serviços tiveram um aumento de cerca de setenta e

quatro mil, quatrocentos e oitenta e três mil euros comparativamente a 2020, as transferências do Estado também aumentaram

Em contrapartida: os custos com pessoal aumentaram, há um desvio orçamental de dois milhões oitocentos e trinta e cinco mil e seiscentos e sessenta e um euros,

As despesas correntes aumentaram cerca de 21,2% refletindo-se na rubrica aquisição de bens e serviços com um aumento de duzentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e três euros e nas despesas com pessoal de cerca de duzentos e cinquenta mil euros, representando isto 41%, sendo que a média dos Municípios é de 33%. O Município depende das transferências do Estado 76%, enquanto que a média dos Municípios é apenas de 36%. O endividamento líquido do Município é elevado e bastante superior à média dos Municípios.

Deixou um alerta para melhorarem o que têm de melhorar e concluiu dizendo não achar o documento muito útil para os membros da Assembleia naquele momento porque se reporta a um tempo em que muitos não estiveram aqui.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara gostou da abordagem da Senhora Lourdes Marinho ao documento. É verdade o que disse, é obrigatório termos um Auditor Externo, mas este dá sempre a opinião com reservas. O Relatório é feito com documentação que o Auditor pede, mas muito em simulação. O documento não é extemporâneo é uma obrigação legal. No documento quando diz que há reserva é porque o Município não tem os bens todos inventariados, caminhos, condutas, muros, não há concelho nenhum que tenha o património todo inventariado. Esta reserva está presente em todos os relatórios também de outros Municípios. Na página sete quando diz que o valor da rubrica diminuiu cerca de duzentos mil euros isto não é mau, é uma dívida do Estado à Câmara no que diz respeito a candidaturas. Os depósitos bancários é o dinheiro disponível face aos pagamentos. Na página oito quando é dito que houve uma diminuição de duzentos e setenta e três mil setecentos e trinta e um euros é no momento em que é feita a análise, depende dos empréstimos que fazemos e dos recebimentos. Nas vendas e prestações de serviços houve um aumento acentuado comparativamente com o período homologado anterior. São recebimentos da EDP e Águas do Norte. Relativamente aos custos com pessoal houve um aumento de duzentos e quarenta mil euros, é o pessoal que entrou no quadro. Havia no quadro quando ele entrou noventa pessoas e quase duzentas a recibos verdes que não entravam em despesas com pessoal e agora entram. Nesta rubrica estão os funcionários da transferência de competências da educação e saúde. Na página treze diz que "o desvio orçamental nesta data ascende a 2 835 661€" isto significa que se gastou menos. Na mesma página onde diz "também as transferências correntes apresentam um desvio negativo considerável" esta parte tem a ver com a EN- 222. Estava previsto executar um milhão, mas não executamos nada, a candidatura da zona industrial estava prevista, mas depois desistiu-se e nas Bateiras houve um atraso significativo. Na página 18 "o Município apresenta em junho de 2021 um rácio de liquidez geral de 28%, o que revela a sua situação de liquidez" isto revela uma boa performance do Município sendo superior à média dos Municípios portugueses. Na página 19 "receita total do Município encontra-se a 113% do nível da despesa total"

isto acontece com todos os Municípios que não são capazes de gerar receita própria. A média dos Municípios é de 36% aqui entram os Municípios com capacidade para gerar receitas próprias, não nos podemos comparar com esses Municípios temos que nos comparar com Municípios com a nossa dimensão. Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o primeiro ponto.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação do adiamento da descentralização de competências no domínio da Ação Social - DL n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação dada pelo decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo deste ponto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que foram dos Municípios a aceitar várias transferências de competência. Esta competência da ação social é uma matéria com alguma complexidade e que exige alguma preparação. Ao adiarmos haverá tempo para nos prepararmos não havendo prejuízo nenhum já que em janeiro de 2023 são obrigados a aceitar essas competências.

De seguida, abriu inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o segundo ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito a Senhora Lourdes Marinho e o Senhor Joaquim Carvalho.

A Senhora Lourdes Marinho não compreendeu o porquê do adiamento. Tendo em conta o Decreto-Lei 55/2020 e as portarias o adiamento já é um dado adquirido. Pensou que juntamente com os documentos viesse um plano para este ponto. Questionou quais os inconvenientes para que a Câmara não possa aceitar já a ação social.

O Presidente da Câmara explicou que o ponto teve que vir à Assembleia porque é a Assembleia que delibera sobre o adiamento. Se fosse possível aceitar já a transferência de competência não vinha sequer à Assembleia. Não existe um plano, a Assembleia só tem que deliberar a prorrogação do prazo da aceitação.

O Senhor Joaquim Carvalho disse que os eleitos pelo PNT concordam com o adiamento da transferência de competências.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação da Assembleia o segundo ponto o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta do ponto 2 a fim de ter eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta minutos, agradecendo a presença de todos e desejando que o bom senso e a diplomacia sejam capazes de ultrapassar as divergências que existem entre os povos. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata que, depois de lida, foi posta a votação e aprovada por unanimidade e irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal

Edmundo Augusto Monteiro

O 1.º Secretário

O 2.º Secretário

